

A CULTURA CORPORAL DAS NORMALISTAS NOS ANOS DOURADOS (1950)

Ana Paula Rodrigues Figueirôa¹

RESUMO

Este estudo trata da valorização do corpo e dos padrões estéticos, que dependem das questões políticas, econômicas, e culturais de cada nação. Compreende-se por cultura uma produção do indivíduo que lapida e modifica a sua vivência e, por consequência, toda a sua organização social. Essas mudanças de padrões dependerão do objetivo de cada um, inclusive a questão de gênero. Tem-se como objetivo: a análise do contexto da Educação Física no Estado de Pernambuco com as Normalista da década de 1950, haja vista que parte-se do pressuposto de que o corpo é formado socialmente, culturalmente, economicamente e politicamente. Metodologicamente é uma pesquisa de campo, com entrevistas no método da história oral, um estudo descritivo com delineamento longitudinal retrospectivo e uma abordagem qualitativa, também houve uma pesquisa documental das fontes preservadas no Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano. Conclui-se que: Analisar o contexto da Educação Física no Estado de Pernambuco nos anos dourados com as Normalistas, reafirmam que a cultura corporal é formada socialmente e politicamente dentro do contexto da época em que é vivenciada. Assim, a simbologia que pertence às trajetórias da cultura corporal das Normalistas no IEP, comportam a sua vida estudantil, profissional e pessoal com as regulações e normatizações advindas do Estado. Desta forma, a formação profissional dessas jovens professoras, denominadas Normalistas, estão relacionadas com a vida cotidiana entre escola, família e sociedade.

Palavras-chave: Normalistas, Educação Física, Cultura Corporal.

¹ Graduada no curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade de Pernambuco -PE, Graduada em Pedagogia, UNICESUMAR – PR, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, professora do Centro Universitário Tabosa de Almeida, anafigueiroa@ascas.edu.br

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que existe uma valorização do corpo e dos padrões estéticos, que dependem das questões políticas, econômicas, e culturais de cada nação. Compreende-se por cultura uma produção do indivíduo que lapida e modifica a sua vivência e, por consequência, toda a sua organização social. Essas mudanças de padrões dependerão do objetivo de cada um, inclusive a questão de gênero.

De acordo com a época em que se vive, o corpo do homem ou da mulher ocupa uma determinada função nas representações sociais; o corpo e as atividades físicas praticadas pelas Normalistas (objeto de estudo desta pesquisa) perpassam pela questão do corpo belo, angelical e pronto para a maternidade. Segundo Goellner (2003, p.59) “[...] tanto quanto ter um corpo fortalecido, é necessário, para a mãe em potencial, ter um caráter virtuoso, moldado pela valorização de qualidades como a benevolência, a generosidade, o recato e a abnegação [...]”. Assim, no início de século XX, o entendimento em relação às mulheres era o de ser mais educadas do que instruídas, ou seja, elas deveriam ter uma formação para o cuidado do lar, do marido e dos filhos, período em que a educação formal ficava em segundo plano.

De acordo com Louro (2008, p. 446), “[...] Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios”. Desta forma, o ser humano é um mero produto na conjuntura social, um ser atuante na sua organização.

As Normalistas eram vistas como “puras”, porque séculos atrás as mulheres eram intangíveis até o casamento. Não se podiam ver “algumas” partes do corpo uns dos outros, pois se estava violando os bons costumes. As pessoas que assim procediam eram consideradas vulgares e impróprias para o convívio em sociedade, de forma que o tabu da nudez condenava a exposição pública de qualquer parte do corpo. De acordo com Goellner (2000, p.62):

Feminizar a mulher é, sobretudo, feminizar a aparência e o uso do seu corpo. A postura, a voz, o rosto, os músculos, o modo de vestir, de gesticular e exercitar sua sexualidade são sujeitos a vigilâncias e inibições que são internalizadas a partir de uma submissão ao “outro”, sendo este “outro” abstrato, coletivo e imposto.

Isto denota que os indivíduos, na sua trajetória de vida, estabelecem maneiras de ser no mundo. Em relação ao corpo feminino, este será compreendido não como uma realidade acabada e com finalidade própria, e sim a uma estrutura submetida a diversos sentidos e sobre o qual se produzem diferentes interesses.

Portanto, a problemática desta pesquisa é saber qual era a cultura corporal aplicada nas aulas de Educação Física das Normalistas no Instituto de Educação de Pernambuco (IEP) nos anos dourados. Todavia tem-se como objetivo a análise do contexto da Educação Física no Estado de Pernambuco com as Normalista da década de 1950, haja vista que partimos do pressuposto de que o corpo é formado socialmente, culturalmente, economicamente e politicamente.

METODOLOGIA

Optamos pela metodologia da pesquisa de campo com entrevistas no método da história oral, porque as fontes documentais impressas, e as figuras, não demonstram dentro de si somente as minúcias das lembranças de cada pessoa ou grupo destas, isto é, trazem consigo juntamente na oralidade, toda a atmosfera do mundo individual e coletivo da sociedade do qual fizeram parte. Para Thompson (2002, p. 9), “[...] A experiência prática da história oral conduzirá, por si só, às questões mais profundas a respeito da natureza da história”, trazendo possibilidades para o conhecimento dos valores; dos costumes; das opiniões; as relações sociais e familiares vivenciadas pelas Normalistas. Complementando este processo, o tipo de estudo será o descritivo com delineamento longitudinal retrospectivo e uma abordagem qualitativa, também houve uma pesquisa documental das fontes preservadas no Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano. Com o objetivo de analisar a proposta das práticas corporais. As três Normalistas aparecerão com pseudônimos de flores, no sentido da preservação da identificação.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A GÊNESE DA CULTURA CORPORAL DAS NORMALISTAS, EM FOCO O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (IEP)

A estruturação como Centro Integrado Instituto de Educação de Pernambuco, aconteceu através do Decreto Estadual nº. 2.631, de 26 de outubro de 1972, que se baseou na Lei Federal 5.692, de 11 de agosto de 1971, que trata das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (BRASIL. Lei nº 5.692, 1971; PERNAMBUCO. Decreto nº. 2.631, 1972). Essas reformas se deram em várias instâncias, e, segundo Lima (1985, p.89), houve um concurso de arquitetura em 1956, de grande importância no cenário local e que contribuiu para a afirmação profissional dos jovens arquitetos Marcos Domingues da Silva e Carlos Correia Lima, ganhadores do citado concurso, e que participaram da elaboração do projeto do Instituto de Educação de Pernambuco (IEP). Nesta época, havia discussões do porque não entregar essa obra a arquitetos renomados, como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Inclusive essa lembrança nominal de arquitetos foi motivo de discussões e publicações na imprensa local. Lima (1985), comenta sobre uma publicação da Folha da Manhã do dia 8 de Janeiro de 1956, no seu livro: Modulando: notas e comentários sobre arquitetura e urbanismo, retratando a importância desse concurso.

Finalmente está aberto o Concurso de projetos para o novo edifício do Instituto de Educação de Pernambuco. Como não poderia deixar de ser, a notícia é realmente de grande importância, não só para o público em geral, pois assim recrudescem as esperanças de se dar à velha e tradicional Escola Normal um prédio mais condigno com sua condição de formadora da juventude pernambucana, mas também, e de modo particular, para nós que fazemos o Instituto de Arquitetos do Brasil. (LIMA, 1985, p. 92).

Apesar de tudo, foi feito o concurso de anteprojetos para o IEP, e quem ganhou foram os arquitetos Marcos Domingues da Silva e Carlos Correia Lima. De acordo com Lima (1985, p. 89), “[...] as razões são óbvias, pois se trata de dar a antiga e tradicional Escola Normal Oficial de Pernambuco, uma nova sede condigna com seu alto prestígio e que venha atender verdadeiramente às suas reais necessidades” e que seja planejada por arquitetos locais.

Para ingressar nas Escolas de Ensino Normal em todo o Brasil, as candidatas deveriam passar pelo rigoroso teste de admissão. Algumas Normalistas faziam um teste preparatório para realizar o referido teste de admissão.

De acordo com Pessanha (1994, p.85) “[...] a certeza de que este era um nível de ensino reservado para uma “elite” pode ser encontrada na seletividade que, na época, equivalia ao dos vestibulares.” Estes testes eram obrigatórios pela Lei Orgânica do Ensino Normal, no título III do capítulo III. Estes exames eram realizados em todo o território nacional, em que as Normalistas relatam o processo com sua dificuldade e a importância que se dava ao mesmo, pois a aprovação para esse nível de ensino havia se configurado como uma barreira difícil de ser ultrapassada pelas alunas que vinham do ensino primário (BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, 1946).

Percebe-se que a contextualização em torno da Escola Normal Oficial de Pernambuco e em seguida o Instituto de Educação de Pernambuco é imensa, pois se trata de uma instituição de prestígio social. Sua estrutura física é notória pela grandiosidade e pela sua localização, ambas na região central do Recife. Essa gama de informações constituiu-se da formação das Normalistas e parte da história da educação de Pernambuco, proporcionando vagas para as camadas mais populares que, até então, era privilégio das elites estudar em uma instituição renomada.

O QUE É SER NORMALISTA?

Ao propor definir o que é ser Normalista, é um sentimento que envolve uma simbologia vinculada ao educar, elencada pela sociedade como função obrigatória da mulher, é dispor-se a falar das trajetórias de vida das egressas do Ensino Normal, não só sua vida pessoal como profissional, envolvendo a sociedade, as famílias e as questões culturais de uma época. O saudosismo, o respeito, e o ensino estão inseridos em seus relatos.

Carmélia: Ah, era uma coisa assim... maravilhosa! Era uma coisa assim... de você além de estar conhecendo o mundo, você estava abrindo as portas pro outro mundo do saber.

Rosa: Ser Normalista pra mim era um orgulho. A farda azul e branca, sapato preto, meia branca, um lacinho aqui e um emblema assim... tinha: IEN, depois ficou IEP - Instituto de Educação de Pernambuco. Manga aqui, e nos trinqes mesmo, que eu creio que naquela época toda Normalista tinha orgulho naquela farda.

Hortênsia: Ser Normalista ajuda muito, e principalmente eu achei que as mulheres Normalistas, elas tinham uma educação muito boa para o casamento, porque na época era quem bem mais preparava para o casamento, principalmente psicologia, eu gostei muito da psicologia, eu sempre gostei muito de psicologia e didática né? Que eles ensinavam didática pra gente. Então, eu achava muito importante a psicologia no ensino, sempre achei, na própria vida.

A questão da escolha de se fazer um curso visando a profissão de professora, considerando que naquela época essas jovens eram direcionadas à preparação do próprio casamento, até na composição do currículo, que nesse caso é a inserção da disciplina de Puericultura, tinha na intencionalidade os cuidados com as crianças, ora como alunos, ora como filhos, assim sendo, imbricava nas questões sociais, indo além das questões da formação profissional, enquadrando-se na tradição conservadora da época.

Nesta época, era *status* ter uma filha fazendo o Curso Normal, pois não só preparava para uma profissão, como também para o casamento, ou seja, servia também para a organização do lar, os bons costumes e a educação dos filhos, onde Carla Bassanezi (2008) também destaca o papel da moça da classe média brasileira.

Considerado o mais próximo da função de “mãe”, o magistério era o curso mais procurado pelas moças, o que não significava sequer que todas as estudantes fossem exercer a profissão ao se formarem, pois muitas contentavam-se apenas com o prestígio do diploma e a chamada “cultura geral” adquirida na escola normal (BASSANEZI, 2008, p.625).

Nos relatos acima, o orgulho é a fonte principal para a escolha da profissão docente, este sentimento está relacionado com a vida cotidiana entre escola, família e sociedade. Uma tríade que contribuiu para a formação não só dessas jovens, como também de gerações, difundindo e perpetuando a educação e os bons costumes selados na época.

Aproximando-se do que Elias e Scotson (2000, p.26) nos diz “[...] O orgulho por encarnar o carisma do grupo e a satisfação de pertencer a ele e de representar um grupo poderoso.” Levando para essas Normalistas, um sentimento de pertença, isto é, eram cortejadas, aceitas na sociedade, e motivadas para exercerem o seu papel de mulher, esposa, mãe e professora, não exatamente nessa ordem, mas exatamente no cumprimento dessas “funções”. Para Freitas (2002, p.145) “[...] à motivação para a realização do curso, muitas são as razões apresentadas pelas ex-alunas: a boa reputação da instituição,” neste

aspecto a Normalista Rosa, relata detalhes do fardamento e cita o nome da instituição em que estudou.

O CORPO

O corpo é objeto de estudo ao longo de vários séculos, seja na concepção filosófica, social, política ou religiosa. No século XX, a ditadura da beleza, da massificação da estética, entra em desarmonia com o ser, criando uma crise de identidade. Ser corpo, além dos aspectos físicos e emocionais, é romper com a ciência clássica, alicerçada na cisão corpo/mente e mergulhar no mundo vivido da unidade corporal, repleto de experiências e desejos.

Concorda-se com Rosa (2004) quando diz que: “O que vem a ser corpo senão o suporte de grandes manifestações de expressão do ser humano. O corpo, além de sua estrutura física, é uma poderosa e complexa instituição política e cultural”. Neste contexto, o corpo é visto como um instrumento, um “suporte”, ou seja, uma estrutura que é utilizada a fim de atingir determinados objetivos, empregando-o como um mero anfitrião e o que importa na verdade são as grandes manifestações corporais do ser humano.

Cada indivíduo-corpo traz consigo uma bagagem única, que é construída no decorrer de sua vida. Através desses corpos é que são revelados trechos da história a que eles pertencem (SOARES, 2001). Vejamos o que dizem as Normalistas, em relação ao seu corpo na sociedade da referida época:

Olhe, eu direi que era um pouco tímido, e ao mesmo tempo exibido. A gente queria parecer, mas com timidez, um pouco de atitude, um pouco de pudor que não existe mais hoje em dia.²

Ah, tinha que andar com tudo direito, na ordem, muito organizado, a gente não podia ficar com anarquia, era um negócio muito severo, a educação lá na Escola Normal era muito severa, tinha uma bedel pra tomar conta. A forma de sentar era de pernas juntas, não podia tá perna cruzada, professor chamava tanta atenção quando tava qualquer menina desse jeito, era assim muito organizado, muita ordem mesmo! Era por isso que os pais queriam que a gente estudasse lá porque sabiam que a gente ia sair dali com certa formação.³

2 Entrevista realizada com a Normalista Carmélia.

3 Entrevista realizada com a Normalista Rosa.

Tendo como base os depoimentos das Normalistas, podemos perceber que o corpo, estava associado à forma de comportamento, era um “corpo social”, nesses dois depoimentos a questão da morfologia corporal foram ausentes, isto é, falando especificamente das formas e contornos corporais, que poderiam chamar atenção, o que poderíamos chamar de sensualidade. No depoimento da Normalista Carmélia, ela fala da timidez de mostrar esse corpo, já a Normalista Rosa, fala da disciplina, dos padrões e das posturas de uma moça em formação na sociedade dos anos dourados (1950). A historicidade do corpo vai de acordo com os momentos vividos de cada indivíduo, perpassando, inclusive, da época onde estão relacionados os costumes, as generalidades culturais, a sociedade, a economia, a moda, a saúde, o esporte, como também os hábitos alimentares.

Cada cultura condiciona os seus integrantes no tocante à percepção para pormenores ou fragmentos corporais considerados atraentes ou desagradáveis. Assim sendo, existe uma motivação, baseada na aprendizagem, para melhorar a aparência: pessoas bonitas e bem sucedidas profissionalmente ou economicamente são modelos positivos e seu sucesso é atribuído à beleza, o que confirma a existência de estereótipos sociais.

Hoje, como antes, a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos. Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e idéias da cultura. Então, os corpos são o que são na cultura (LOURO, 2008, p. 75).

O fardamento também era um símbolo de representação corporal, a magia que os uniformes das Normalistas traziam não podia passar despercebida nesta pesquisa. Tivemos um passado tido como esplendoroso, a aparência do uniforme das Normalistas fazia com que a estudante fosse verdadeiramente notável pela sociedade, como uma moça de família, de bons costumes e de boa educação, imprimindo o respeito e a simbologia de uma mulher disciplinada e pronta para o casamento (FIGUEIRÔA, 2018, p.77).

Esse fardamento, foi muito importante na nossa vida, nos marcou muito, éramos reconhecidas em todo o canto que passávamos, até gostava de usar, pois imprimia o respeito. A farda era assim: Blusa branca com um laço azul, saia de pregas, também na cor azul, com o comprimento abaixo do joelho, na blusa havia um bolso superior que tinha o emblema do IEP, bordado em azul, o sapato era preto e a meia era branca, pronto esse era o

fardamento, e que tínhamos que vir com ele completo, pois como já disse; se não viesse não entrávamos⁴.

Conforme Vigarello (2008, p. 303), “[..] corpo reflete a ação de paixões e de sociabilidades: Convergências, tensões, conflitos, exutórios das exaltações locais, ou exibições das distinções, as de uma sociedade categorizada, de práticas socialmente bem confinadas”. O corpo transcorre pelo pensamento, pelas configurações que o constituem, sobre jeitos e atitudes, perpassa a história e a cultura, diante das vontades, da obrigação e do deleite da vida. Colocar o corpo em expectativa é descobri-lo em diversas ordens e situações.

A CULTURA CORPORAL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (IEP)

Considera-se importante analisar a história da Educação Física no IEP, pois como uma disciplina que faz parte do contexto educacional e que está intimamente ligada à política educacional, na qual representa uma forte ligação com a sociedade e seus pressupostos, assim para Castellani Filho (2006), a Educação Física, é estudada em diversos aspectos e áreas de formação e especificamente na área educacional e da saúde.

A disciplina de Educação Física, na década de 1950 também tinha sua importância, tanto que os avisos e as relações desta disciplina eram formalizados via Diário Oficial, forma essa de organização disciplinadora, afastando o professor ou o chefe de serviço de qualquer argumentação de não saber das convocações para as reuniões, uma vez que foi publicado. Assim, competia a todos a leitura do Diário Oficial. Pode-se observar nesta convocação que havia a modalidade de “bola ao ar” na qual podemos chamar hoje de voleibol, prática bastante comum nas aulas do IEP, onde no arquivo desse estabelecimento só havia fotos dessa prática esportiva.

E foi também através do Arquivo Jordão Emerenciano, que foi encontrado o regulamento da Educação Física da época, destacando como deveria ser a implantação e organização desta disciplina.

4 Entrevista realizada com a Normalista Rosa.

Imagem 1 – Aviso de convocação



Fonte: Diário Oficial 03/10/1951.

A Educação Física era uma disciplina obrigatória na época, hoje também é a partir da Lei de Diretrizes e base da Educação 9394/1996 e, se possível, diária, onde a questão do gênero já estava inserida no referido período em que as aulas eram dadas às mulheres, e separadas dos homens, ressalta-se que o IEP, nesse tempo, era exclusivo para o sexo feminino, onde estava inserido o método higienista, e a divisão de turma por homogeneização (características iguais), separando e classificando de acordo com o exame médico.

Ferreira Neto (1996, p.16) nos diz que “[...] os exames fisiológicos e práticos necessários à organização dos grupos homogêneos eram feitos no início e fim do ano letivo e, ainda, nas férias do mês de junho [...]”, neste tipo de organização, consolida-se o aspecto higienista que traz a concepção da educação do corpo como saudável, hábil e eficaz.

O cenário atual da Educação Física tem procedência em toda a sua história, dentro desse contexto é que devemos levar em consideração a sua construção histórica que fez da Educação Física, dialética e desafiadora, exercendo, intervindo e influenciando diversos papéis na área do conhecimento humano e um desses motes é abordado por Góis Júnior e Simões (2011), na concepção higienista.

A Educação Física, teria posição central no projeto higienista, inclusive as orientações da área são pautadas nos pressupostos da higiene, pois a sistematização das atividades físicas nasce da

demanda higienista de aprimoramento da saúde da população (GÓIS JUNIOR; SIMÕES, 2011, p. 109).

Portanto, no período estudado a concepção de Educação Física ainda era baseada na perspectiva higienista. Nesta concepção, a preocupação central era com os hábitos de higiene e saúde, estimulando o desenvolvimento do físico e da moral.

Os argumentos religiosos e higienistas responsabilizavam a mulher pela manutenção de uma família saudável – no sentido mais amplo do termo. A esse argumentos iriam se juntar, também, os novos conhecimentos de psicologia, acentuando a privacidade familiar e o amor materno com indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças (LOURO, 2008, p. 454).

De uma maneira geral, a cultura corporal das Normalistas no IEP era vista como uma preparação para a saúde, família e para o desenvolvimento da nação. Foi observado no regulamento do Ensino Normal em Pernambuco, que os corpos femininos, deveriam ser classificados, aperfeiçoados e disciplinados para os bons costumes da moral. Por conseguinte, as aulas seriam de acordo com as necessidades das Normalistas, com exercícios que não sobrepujassem as suas características, controle que se utilizaria também do tempo, constituindo horários rígidos nas aulas de Educação Física.

Dentro dos padrões de controle e aperfeiçoamento, existiam as alunas guias, que tinham como objetivo contribuir de forma significativa para a apropriação da prática corporal, onde se posicionavam na frente do “pelotão” recebendo os comandos da professora de Educação Física e repassava para as demais os exercícios para serem realizados.

Nos relatos das Normalistas em ser aluna guia era um privilégio, pois geralmente eram feitos por quem se destacavam fisicamente pelo biótipo físico e por suas habilidades e destrezas corporais.

Ser guia era o seguinte, a gente ficava na frente do pelotão e a professora dizia o exercício e as meninas atrás tinha que fazer o meu comando. A professora dizia erguer os braços, aí eu erguia os braços e o pelotão atrás todinho fazia aquilo que eu e ela mandávamos.⁵

5 Entrevista realizada com Carmélia em 23 de agosto de 2011, autorizada pelo termo de consentimento livre e esclarecido.

Era aquela aluna que se destacava que fazia a ginástica bem, fazia bem feita e na frente de todos. Eu me orgulhava quando a professora me chamava pra ficar na frente, e fazia todos os exercícios, me destacava ficava as meninas tudo formada e eu ficava na frente.⁶

Ah, Maravilhosas! Geralmente eu ficava como aluna guia, era magrinha, gostava de correr e tinha facilidade de pegar aquele jeito da ginástica: de subir, levantar, baixar, correr, saltar, eu adorava correr, gostava demais de correr e jogava voleibol que era o joguinho principal, esse eu gostava muito!.⁷

Assim, o corpo feminino era socializado e conduzido nos costumes do período, onde a sociedade manipulava as decisões dos hábitos. O convívio no meio social era o local exemplar de comportamento e privilégio da civilização do povo, conseqüentemente, havia o controle do mesmo.

Imagem 2 – As Normalistas no desfile cívico de 7 de setembro no Parque 13 de Maio em Recife-PE



Fonte: Álbum de fotografia da Escola Sylvio Rabello ([1952]).

⁶ Entrevista realizada com a Normalista Rosa em 24 de agosto de 2011, autorizada pelo termo de consentimento livre e esclarecido.

⁷ Entrevista realizada com a Normalista Hortênsia em 5 de setembro de 2011, autorizada pelo termo de consentimento livre e esclarecido.

Portanto como demonstrado na imagem acima, o processo de consolidação do Estado era muito forte em relação ao processo do Ensino Normal no IEP, corroborando com a monopolização dos comportamentos e saberes sociais. Esta monopolização, inserida nas aulas de Educação Física perpassava, inclusive, pelas professoras onde não havia nenhum homem administrando às aulas, possivelmente para não haver nenhum constrangimento ao executar algum exercício que não conduz ao corpo feminino. Assim, as práticas corporais exerceram uma função dinâmica e que se edificou na corporeidade feminina, a partir de suas relações com a sociedade, provendo os valores e os padrões da referida época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o contexto da Educação Física no Estado de Pernambuco nos anos dourados com as Normalistas, reafirmam que a cultura corporal é formada socialmente e politicamente dentro do contexto da época em que é vivenciada. Assim, a simbologia que pertence às trajetórias da cultura corporal das Normalistas no IEP, comportam a sua vida estudantil, profissional e pessoal com as regulações e normatizações advindas do Estado.

Ressalte-se que ao conhecer cada Normalista, encontrar cada documento, ao fazer as transcrições, as leituras, as correções, e a construção de cada seção, percebeu-se junto as Normalistas o carinho e o orgulho de terem estudado nas referidas instituições. Mesmo relatando que o ensino era rigoroso, que o pai não podia pagar, as restrições e os castigos que permeavam o bom-mocismo, essas jovens Normalistas superaram todos os modelos que foram ditados na sociedade através de decretos-lei que se inseriam no seio da família, tornando-se obrigatório seguir esse padrão de educação, ante a representação que se tinha de uma moça bem educada. Mesmo com esse formato, não era questionado pelas Normalistas como um processo restrito e dominador. Para estas estudantes, foi uma conquista pessoal e familiar, que consequentemente inseriu as mulheres na vida profissional.

Desta forma, a formação profissional dessas jovens professoras, denominadas Normalistas, estão relacionadas com a vida cotidiana entre escola, família e sociedade. Uma trilogia que contribuiu para a formação não só dessas jovens, como também de gerações, difundindo e perpetuando a importância da Educação Física no contexto educacional.

Chega-se ao final deste estudo concluindo-se que é a cultura que dita os padrões de beleza na contemporaneidade, não só da mulher como também no homem, são escravos dos padrões culturais e o terror que se abate sobre a feiura traz uma série de prejuízos sociais, físicos e psicológicos, produzindo um conjunto de inquietações que se manifestam com relação ao sujeito e ao seu próprio corpo.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos anos dourados**. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 607-639.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 23 març. 2024.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 29 març. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 jan. 1946. p. 19-29. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 març. 2024.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jonh L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder sociedade de corte**: investi a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). A pedagogia no exército e na escola: a educação física (1920-1945). **Revista Motrivivencia**, Florianópolis, ano 11, n. 213, p.

35-62, nov. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/14354>. Acesso em: 05 maio 2024.

FIGUEIRÔA, Ana Paula Rodrigues. **O Instituto de Educação de Pernambuco na sua primeira década (1946 – 1995): em cena as práticas das atividades físicas na memória das Normalistas**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Da “**Normalistas-Espera-Marido**” ao **exercício profissional no magistério: trajetórias de ex-alunas do Instituto de Educação Rui Barbosa** (ARACAJU/SE - 1920-1950). In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar. **Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação física e a construção de imagens de feminilidade no Brasil dos anos 30 e 40. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 61-70, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/11785>. Acesso em: 05 maio 2024.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Unijuí, 2003.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo; SIMÕES, José Luis. **História da educação física no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

LIMA, Edison Rodrigues de. **Modulando: notas e comentários: arquitetura e urbanismo**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2008. p. 443-481.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 1994.

ROSA, Jussara da Silva. **A corporeidade na dança: revelações de corpos dançantes da cidade de Aracaju**. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

SOARES, Carmem Lúcia (Org). **Corpo e história**. Campinas: Autores Associados, 2001.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: da renascença às luzes. Tradução Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2008.